



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIAS INTERDISCIPLINARES E  
INTERCULTURAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

**JOICE MACHADO CARVALHO**

**A INTERDISCIPLINARIDADE E A INTERCULTURALIDADE:  
UM ESTUDO DO PRECONCEITO RACIAL E LINGUÍSTICO  
A PARTIR DO GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**JOICE MACHADO CARVALHO**

**A INTERDISCIPLINARIDADE E A INTERCULTURALIDADE:  
UM ESTUDO DO PRECONCEITO RACIAL E LINGUÍSTICO  
A PARTIR DO GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO**

Trabalho apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Educação a Distância - IEAD, como requisito parcial de aprovação do curso de Pós-graduação *Latu Sensu* - Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Rita Duarte de Oliveira.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Carvalho, Joice Machado.

C831i

A interdisciplinaridade e a interculturalidade - um estudo do preconceito racial e linguístico a partir do gênero textual redação / Joice Machado Carvalho. - São Francisco do Conde, 2022.

23f: il.

Monografia - Curso de Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundam. e Médio, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira.

1. Interdisciplinaridade. 2. Interculturalidade. 3. Preconceito racial. 4. Linguístico. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 306

---

**JOICE MACHADO CARVALHO**

**A INTERDISCIPLINARIDADE E A INTERCULTURALIDADE:  
UM ESTUDO DO PRECONCEITO RACIAL E LINGUÍSTICO  
A PARTIR DO GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO**

Trabalho apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Instituto de Educação a Distância - IEAD, como requisito parcial de aprovação do curso de Pós-graduação *Latu Sensu* - Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio.

Aprovada em: 15/02/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Rita Duarte de Oliveira (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro da Costa Coelho**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof. Dr. Roque do Nascimento Albuquerque (Examinador Interno)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira ( UNILAB)

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre o ensino da Língua Portuguesa, por meio da interdisciplinaridade e da interculturalidade, a partir da utilização do gênero textual Redação, em que será trabalhado o preconceito linguístico e racial. A intervenção será realizada no Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê – CETEP Irecê, com estudantes da Turma C, da 2ª série/Módulo II do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, da Modalidade EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no turno matutino (turno oposto ao que estudam). A proposta trata sobre as questões que remetem a um ensino da Língua que leva o estudante a pensar de forma crítica, potencializando a leitura, a escrita, a reflexão, propondo, assim, um ensino mais contextualizado e eficaz. Com este fim, apresentaremos uma análise do ensino interdisciplinar e intercultural, a partir do estudo do preconceito linguístico e racial, ainda presentes na sociedade contemporânea atual.

**Palavras-chave:** Interculturalidade. Interdisciplinaridade. Linguística. Preconceito racial.

## **ABSTRACT**

The present work deals with the teaching of the Portuguese language, through interdisciplinarity and interculturality, from the use of the textual genre *Redação*, in which linguistic and racial prejudice will be worked. The intervention will be carried out at the Territorial Center for Professional Education of Irecê - CETEP Irecê, with students from Class C, from the 2nd grade/Module II of the Technical Course in Legal Services, of the EPTNM Modality - Technical Professional Education of Middle Level, in the morning shift (shift opposite to the one they study). The proposal deals with issues that refer to a language teaching that leads the student to think critically, enhancing reading, writing, reflection, thus proposing a more contextualized and effective teaching. To this end, we will present an analysis of interdisciplinary and intercultural teaching, based on the study of linguistic and racial prejudice, still present in today's contemporary society.

**Keywords:** Interculturality. Interdisciplinarity. Linguistics. Racial prejudice.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>9</b>
3.1	OBJETIVO GERAL	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
<b>4</b>	<b>PERCURSO AUTOBIOGRÁFICO DA AUTORA</b>	<b>10</b>
<b>5</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA E PERFIL DA TURMA</b>	<b>11</b>
<b>6</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA</b>	<b>14</b>
<b>7</b>	<b>PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO - EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO</b>	<b>20</b>
7.1	METODOLOGIA	20
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>22</b>
	<b>Referências</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo propor uma metodologia de ensino interdisciplinar e intercultural, a partir da disciplina de Língua Portuguesa, em que será estudado o Preconceito racial e linguístico, a partir do gênero textual Redação, de modo que possam ser trabalhadas a leitura, interpretação textual, escrita, criticidade e as leis vigentes que tratam sobre a história e cultura afro-brasileira. Assim, será realizada uma oficina com duração de cinco dias, no turno matutino, em que serão realizadas duas redações: “Democracia Linguística” e “O racismo na sociedade contemporânea”.

Trabalhar com a interdisciplinaridade nas escolas é de suma importância, uma vez que, tendo uma abordagem mais ampla, em que os conteúdos das disciplinas se encontram, contribuem para um processo de aprendizagem dos(as) estudantes de forma completa, possibilitando assim uma visão mais ampla do mundo que os(as) cercam. Em que estes juntam todos os conhecimentos adquiridos e tornam-se capazes de produzir novos saberes, com um novo olhar e senso crítico.

Assim, também se faz importante trabalhar com a interculturalidade, de modo que toda a comunidade escolar possa entender a cultura do outro, respeitando seus hábitos, conhecimentos, crenças, religiões, manifestações artísticas, leis, costumes... Entendendo que na escola existem diversas culturas, em um mesmo espaço, e que por muito tempo estas acabaram entrando em atrito. E é a partir desta visão que foi elaborado um trabalho de ensino, que visa à compreensão e conhecimento da cultura do outro, de forma a desenvolver respeito, igualdade, democracia e inclusão. Integrando, assim, em um espaço sem julgamento de valores, estereótipos e que não há silenciamento e opressão de pessoas.

Localizado na Área de Língua Portuguesa, visamos oportunizar um esforço de ensino e aprendizagem no âmbito da produção textual do gênero redação dissertativa argumentativa. A ideia do projeto surgiu a partir da percepção da necessidade da produção de textos argumentativos na turma em que a intervenção será realizada, uma vez que se trata da 2ª série/Módulo II, do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, integrado ao Ensino Médio.

O projeto será desenvolvido no Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê – CETEP Irecê, na turma de 2ª Série/Módulo II, Turma C, do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, na modalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM, no turno matutino (turno oposto àquele em que estudam), que conta com um quantitativo de 37 estudantes. Sendo esta escolhida, como já falado, por conta do Curso, em que poderá trabalhar com mais eficácia a Lei 10.639/03.

É importante salientar que a intervenção não foi realizada, devido ao término do ano letivo, em que os estudantes estavam sobrecarregados com as 16 disciplinas que compõe a matriz curricular da 2ª série e também pelo fato da autora estar como diretora da Unidade Escolar, dificultando ainda mais a realização da oficina, uma vez que várias atividades deveriam ser realizadas para concluir o ano letivo *Continuum* 2020/2021.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A escolha do tema voltado para a interdisciplinaridade e interculturalidade, com foco no preconceito racial e linguístico, a partir do gênero textual redação, estudados na disciplina de Língua Portuguesa, ocorreu por se encontrar muitas possibilidades de trabalhar a produção do conhecimento crítico, a partir de um gênero argumentativo, com os discentes do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, que entendem a necessidade da produção escrita e do conhecimento das leis.

Tendo em vista essa proposta de um trabalho diferenciado com a língua, pensa-se ser relevante pormenorizar a concepção de gênero textual como objeto de ensino. Afinal, com suas diretrizes, os PCNs provocaram uma reflexão sobre a língua e a linguagem que tirou a nós (professores de língua) de nossa “zona de conforto” e promoveram a visão de gênero como um instrumento que permite ao indivíduo agir linguisticamente nas mais variadas situações comunicativas.

## **3 OBJETIVOS**

### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Propor uma metodologia de ensino interdisciplinar e intercultural, a partir da disciplina de Língua Portuguesa, em que será estudado o Preconceito racial e linguístico, a partir do gênero textual Redação.

### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Fomentar uma discussão sobre os termos: interdisciplinar e intercultural;

- Debater sobre a variação linguística e o preconceito linguístico;
- Entender aspectos das leis vigentes sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira;
- Compreender a necessidade de erradicar todo e qualquer tipo de preconceito;
- Expor, caracterizar e exemplificar a estrutura do texto dissertativo-argumentativo;
- Contextualizar o texto dissertativo-argumentativo;
- Contribuir na formação de argumentos convincentes;

#### **4 PERCURSO AUTOBIOGRÁFICO DA AUTORA**

Joice Machado Carvalho, nascida, em 26 de outubro de 1995, na cidade de Uibaí-Ba, mas foi criada no Povoado de Sapecado, da Cidade de Presidente Dutra, até seus 19 anos de idade, pelos pais Elma Carvalho Machado e Luís Alberto Machado Carvalho (em memória), e morando junto com suas irmãs Cristina Machado Carvalho e Gabriela Machado Carvalho. A autora, por ser a filha do meio, sentia que não era notada pela família como as demais irmãs, e achou nos estudos uma forma de refúgio, sendo sempre elogiada por seus professores, principalmente em matemática, pois era a disciplina que tinha mais afinidade. Aos 13 anos, já queria sua independência financeira e começou a “dar bancas”, e já encontrava ali sua vocação para ser professora.

Concluiu em 2012, aos 17 anos, o Ensino Médio, e já conseguiu aprovação no Sisu, por meio do Enem, entrando assim para a Universidade do Estado da Bahia – UNEB Irecê, no curso de Licenciatura em Letras, em 2013. Mesmo não sendo o curso que lhe garantiria tanto paixão, como a matemática, entrou e começou a gostar. No mesmo ano foi chamada para trabalhar no Mais Educação, nas oficinas de Língua Portuguesa e Matemática, nos povoados de Sapecado e Canoão, de Presidente Dutra. Em 2015, seu pai faleceu, por conta de um infarto fulminante, o que fez com que toda a família perdesse a noção da realidade. Joice, mesmo em um momento difícil, não quis parar, e começou a trabalhar como professora substituta, em sua cidade. O que não durou muito tempo, pois sua mãe, Elma, decidiu mudar para a cidade de sua família – Vila de Hidrolândia, de Uibaí-Ba. Momento em que a escritora começou a desenvolver sérias crises de ansiedade e depressão, por não se encontrar naquele lugar, conseguindo ânimo apenas por conta do seu namorado e atual esposo Matheus Ramos.

Em 2016, conseguiu, estar como professora substituta em Uibaí, e logo mais conseguiu contrato IEL, no Colégio Estadual Manoel Levi, por dois anos, o que a fez com que ganhasse

mais ânimo, por estar com estudantes do Ensino Médio. Em 2017, último ano da faculdade, realizou, como experiência, já que seria o primeiro, o Concurso Público para professores efetivos do Estado da Bahia, e foi aprovada. E tornou-se professora efetiva de Língua Portuguesa, no Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê. E estando, desde janeiro de 2021, como diretora da Unidade de Ensino.

Por meio da vice-diretora, Leana Ferreira teve conhecimento desta Especialização na Unilab, e assim fez sua inscrição, conseguindo a aprovação. O início do curso foi mais fácil, uma vez que as aulas da Rede Estadual da Bahia foram paralisadas por conta da Pandemia da Covid-19, mas depois as aulas retornaram e esta assumiu a gestão do Cetep Irecê, ficou bem mais difícil conciliar, porém conseguir concluir até aqui. E para realizar este Trabalho de Conclusão de Curso, juntou-se com a colega Elaine Ramos, para escrita do trabalho intitulado “O ensino interdisciplinar e intercultural da Língua Portuguesa, Matemática e História - Um estudo a partir do Gênero Textual ‘Aventura-solo’”, em que teria a intervenção realizada no Cetep Irecê. Mas, diante da necessidade do trabalho final ser individual, seguimos para abordagens diferentes.

## **5 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA E PERFIL DA TURMA**

O Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê – CETEP Irecê está sendo dirigido pelas professoras Joice Machado Carvalho, como diretora; Leana Ferreira de Abreu, como vice-diretora financeira; e Thais Dourado Oliveira, como vice-diretora Pedagógica; tendo como Coordenadores Pedagógicos, Gilma Flávia Ferreira, no turno diurno e Joaquim Magalhães Neto, no turno noturno. A escola fica localizada no município de Irecê-Ba, com área total de 126 há, localizado no KM 04 da Fazenda Baixão s/n, Baixão de Sinésia, na antiga Esagri - Escola de Agricultura de Irecê.

**Figura 1** - Localização do Cetep Irecê, no município de Irecê-Ba



Fonte: Arquivo pessoal da instituição.

**Figura 2** - Entrada do CETEP Irecê



Fonte: Arquivo pessoal da instituição.

A Instituição válida e consolida-se no Território de Irecê com a oferta de cursos e aplicabilidade de Projetos de Pesquisa e Intervenção Social, que objetivam a valorização da cultura da região e o desenvolvimento de meios e instrumentos de capacitação da população local para a melhoria da sua inserção nos contextos político-econômico e social.

O CETEP Irecê foi criado por meio da Portaria 8.677 de 17 de abril de 2009, no local onde funcionava a ESAGRI - Escola Agrícola da Região de Irecê (situada na cidade de Irecê). A antiga ESAGRI foi inaugurada pelo Decreto 25.140 do Diário Oficial de 08/03/1976, com ato de Autorização e Reconhecimento e Resolução 607/1979, Parecer 108/1979, Diário Oficial 27/12 de 1979, tendo como objetivo formar Técnicos em Agropecuária (atendendo às

necessidades da Região de Irecê eminentemente agrícola, naquele período e décadas posteriores). Já a criação do Centro Territorial parte de uma política pública de valorização da Educação Profissional, muito fortalecida, a partir de 2007, no Estado da Bahia, com a instituição do Plano de Educação Profissional da Bahia, o qual consta no PPA (Plano Plurianual), contendo diversas metas e ações direcionadas à Educação Profissional do Estado.

Deste modo em 2008 foi promulgado o Decreto Estadual nº 11.355, de 04 de dezembro de 2008 (que dispõe da criação dos CEEPs (Centros Estaduais de Educação Profissional) e CETEPs (Centros Territoriais de Educação Profissional) com a finalidade de fortalecer e viabilizar diversas ações do Plano Estadual da Educação Profissional), cujo artigo 1º institui “os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional, no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino, em decorrência da política pública de ampliação da oferta e reestruturação da Educação Profissional no Estado da Bahia, visando o desenvolvimento social, econômico e ambiental, a interação da educação profissional com o mundo do trabalho e o incentivo à inovação e desenvolvimento científico-tecnológico”. Para adequar-se ao decreto supracitado foi publicada a portaria 8.676/09 que dispõe sobre a regulamentação da estrutura administrativa dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional.

A Unidade de Ensino conta com um total de 72 funcionários, contanto com porteiros, inspetores, trabalhadores do campo, equipe administrativa, limpeza, merenda, secretária, professores, coordenação pedagógica e direção. A estrutura física, enquanto ambientes de aprendizagem é dividida em parte interna, módulos e ambientes externos. Na parte interna: seis salas de aula, quatro laboratórios (química, física, enfermagem e informática), biblioteca, sala dos professores, salas de multimídia, refeitório, banheiros, sala do grêmio, escritório criativo, banco de sementes, sala de arquivo e almoxarifados; Módulos: dez salas de aula e três laboratórios (Desenho Técnico, Solos e Beneficiamento de Alimentos) e Auditório; Ambientes externos: galpão de edificações, pocilga, aviário, casa do mel, oficina e toda a extensão de mais de 100 ha para as atividades do campo.

São ofertados cursos em diferentes áreas de formação e modalidades: Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM (tendo início na 1ª série e com duração de 3 anos); Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio - PROSUB (Cursos técnicos para aqueles que já concluíram o Ensino Médio); e PROEJA - Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (para maiores de 18 anos que já terminaram o Ensino Fundamental II). Com os seguintes Eixos - Recursos Naturais: Agropecuária, Agroecologia e Agronegócio; Ambiente e Saúde: Nutrição e Dietética, Análises Clínicas, Enfermagem, Alimentos e Meio Ambiente; Segurança: Segurança do Trabalho;

Gestão e Negócios: Administração e Serviços Jurídicos; e Infraestrutura: Edificações.

Assim, a intervenção deste projeto será desenvolvida na turma de 2ª Série/Módulo II, Turma C, do Curso Técnico em Serviços Jurídicos, na modalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM, no turno matutino (turno oposto àquele em que estudam), que conta com um quantitativo de 37 estudantes. Sendo esta escolhida, como já falado, por conta do Curso, em que poderá trabalhar com mais eficácia a Lei 10.639/03, além de ter uma melhor relação com a leitura e a escrita, comparando-se às demais.

É importante ressaltar que a autora ministrou aulas no início do ano letivo de 2020 para estes estudantes, o que fez ter uma relação mais efetiva com a turma, compreendendo o potencial que tinham e que poderiam desenvolver. Assim, pensou-se na possibilidade de fazer uso da disciplina de Língua Portuguesa, que por si só já é interdisciplinar, a partir do gênero textual redação e atrelá-lo às questões interdisciplinares, linguísticas e da interculturalidade, além de ligar as questões legais, que são estudadas no Curso Técnico em Serviços Jurídicos.

## **6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA**

O trabalho objetiva, estudar na disciplina de Língua Portuguesa a interculturalidade e a interdisciplinaridade, pensando no preconceito, sendo ele linguístico e racial, utilizando o gênero textual dissertativo argumentativo redação.

Nesta perspectiva, devemos entender, inicialmente, os significados de Interdisciplinaridade e Interculturalidade. A interdisciplinaridade passou a fazer parte das abordagens educativas, no Brasil, a partir da Lei Nº 5.692/71. Esta procura interagir, metodologicamente, com ações disciplinares de diferentes áreas do saber. As disciplinas podem ser trabalhadas juntas, de forma ordenada e articulada em conjunto, na busca de um interesse comum.

Entende-se, então que o trabalhar, em sala de aula, com a interdisciplinaridade é de suma importância, uma vez que, tendo uma abordagem mais ampla, em que os conteúdos das disciplinas se encontram, contribuem para um processo de aprendizagem dos estudantes de forma completa, possibilitando assim uma visão mais geral do mundo.

A interculturalidade procura manter relações entre culturas. Devemos entender a cultura como um conjunto de hábitos, conhecimentos, crenças, manifestações artísticas, leis, costumes, entre outros fatores que formam uma sociedade. Existem diversas culturas em um mesmo espaço, e que por muito tempo estas acabaram entrando em atrito.

Dessa forma, devemos pensar, de que forma, no meio educacional, conseguimos pensar tais culturas de forma conjunta? Em que os estudantes poderão compreender e conhecer a cultura do outro, de forma a desenvolver respeito, igualdade, democracia e inclusão. Integrando, assim, em um espaço sem julgamento de valores, estereótipos e que não há silenciamento e opressão de pessoas. Como apresentado por Fleuri (2002),

A perspectiva intercultural da educação reconhece o caráter multidimensional e complexo (MORIN, 1985, 1996; BATESON, 1986) da interação entre sujeitos de identidades culturais diferentes e busca desenvolver concepções e estratégias educativas que favoreçam o enfrentamento dos conflitos, na direção da superação das estruturas socioculturais geradoras de discriminação, de exclusão ou de sujeição entre grupos sociais.

A Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, é de suma importância para que possamos entender como trabalhar os aspectos interculturais e interdisciplinares, principalmente no que tange os seguintes Artigos 26-A, 79-A e 79-B:

Art 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.  
 § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.  
 § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Entende-se que a interculturalidade deverá ser ofertada, de forma obrigatória, tanto nas instituições públicas como privadas. Além de apresentar um viés interdisciplinar, uma vez que garante que deve ser ministrada a História e Cultura Afro-brasileira em todo o currículo, dessa forma a escola deverá pensar em estratégias pedagógicas que possibilitem tal ensino, ofertando assim uma promoção da igualdade racial, com o ensino formação histórica e cultural do nosso país, não focando apenas em um ensino etnocêntrico.

Além disso, ainda se faz necessário entender os conceitos de gênero textual, variação linguística e preconceito linguístico.

Segundo Marcuschi (2003),

[...] os gêneros textuais são fenômenos históricos profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades do dia a dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontáveis em qualquer situação comunicativa (MARCUSCHI, 2003, p. 20).

Observamos que os gêneros são de difícil definição formal e, no entanto, quase inúmeros em diversidade de formas, modelos e uso, obtêm denominações nem sempre unívocas e assim como surgem podem desaparecer, reaparecendo mais tarde em formato diferente e em diferente uso na linguagem falada e escrita. Constatamos que a expressão gênero textual é utilizada para referir os textos materializados que encontramos em nosso dia a dia e que apresentam características sociocomunicativas e culturais definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo, composição característica, e o meio ambiente.

Segundo Koch (1997:21), “desde as origens da Linguística do Texto até nossos dias, o texto foi visto de diferentes formas”.

Num primeiro momento foi visto como: “a) unidade lingüística (do sistema) superior à frase; b) sucessão ou combinação de frases; c) cadeia de pronominalizações ininterruptas; d) cadeia de isotopias ; e) complexo de proposições semânticas”. Já sob orientações de natureza pragmática, o texto passou a ser visto: “a) pelas teorias acionais, como uma seqüência de atos de fala; b) pelas vertentes cognitivistas, como fenômeno primariamente psíquico, resultado, portanto, de processos mentais; e c) pelas orientações que adotam por pressuposto a teoria da atividade verbal, como parte de atividades mais globais de comunicação, que vão muito além do texto em si, já que este constitui apenas uma fase deste processo global”. A partir disso, o texto não mais é visto como um produto acabado, mas como “resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que tem lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social” (Koch, op. cit. p.22).

No tocante ao ensino, Marcuschi (2005) também ressalta a significância do estudo dos gêneros textuais para se lidar com a língua nos seus mais diversos usos no cotidiano. Em sala de aula, o autor sugere que se trate dos gêneros, orais e escritos, tendo em vista levar os alunos a produzirem e analisarem eventos lingüísticos variados. Essas são atividades que instruem e propiciam a produção textual, além de estarem de acordo com a proposta oficial dos PCNs.

O autor ressalta que não se trata de desprezar totalmente a forma pertinente a um gênero; embora não sejam os aspectos formais que definam os gêneros textuais e sim seus aspectos sócio-comunicativos e funcionais, ela tem relevância na determinação de um ou outro gênero. Mas o autor revela que haverá casos em que o próprio suporte ou ambiente em que os textos circulam definirão o gênero de texto.

De acordo com Marcuschi, para a noção de tipos textuais predominaria a identificação de seqüências lingüísticas típicas, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma seqüência e não um texto; “para a noção de gênero textual, predominam critérios de ação prática, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade (...).” (2003, p. 24).

As variações linguísticas manifestam-se como diferenciações de uma mesma língua ao longo de um contexto histórico, geográfico e sociocultural. Todas as línguas possuem essa capacidade peculiar de variar nesse contexto, de modo que os falantes de uma mesma língua expressem uma mesma modalidade linguística de forma diferente.

A variação, também conhecida como dialetos, é de três tipos, a saber: a variação geográfica ou regional ou diatópica, palavra que vem do grego e significa *através de*. Essa variação se caracteriza pelas diferenças linguísticas observadas entre falantes de lugares diferentes. Desse modo, o português falado no Brasil não é o mesmo português falado em Portugal ou em outros lugares colonizados por esse país. Além disso, com base no dialeto diatópico, podemos afirmar que um baiano não fala como um paulista ou vice-versa.

Em segundo lugar, podemos citar a variação social ou diastrática, estreitamente ligada à condição social e econômica de alguns membros da comunidade. Nessa variante ainda contam a idade, o sexo, o grau de escolaridade, a profissão da pessoa. Percebe-se, ao longo da pesquisa, que essa variante tende a confirmar os pressupostos da gramática normativa seguidos pela escola e seu projeto-político pedagógico. Ressalta-se, também, que essa variante e a variante social contribuem para manter o *status quo* do falante. Ou seja, mudanças propostas não atingem os seus objetos devido à pressão exercida pelas duas variantes.

Em terceiro lugar temos a variação estilística, ou variação de contexto ou de registro. Em contextos formais, e dependendo da localização de seus falantes na escala social, a linguagem é empregada de forma mais *cuidada e elaborada*, ao contrário do que ocorre no registro familiar, e que vale para todos os falantes, ricos ou pobres, instruídos ou analfabetos, em que a linguagem é mais natural e coadunada com o falar popular. Esta última variante se presta ao ensino da variação linguística que pretendemos demonstrar neste trabalho pelas peculiaridades próprias já observadas.

Segundo Dubois (2011, p. 609-610), tais diferenças resultam do fato de que um sistema linguístico não é unitário, porém compreende vários eixos diferenciais. O mesmo autor em seu *Dicionário de Linguística* enumera esses eixos, como: estilístico, regional, sociocultural, ocupacional e etário. Uma língua possui, por outro lado, subsistemas constitutivos, como o fonético, o morfológico, o fonológico, o sintático, o léxico e o semântico. Um ou vários desses subsistemas são passíveis de sofrer variações ao longo da evolução de uma língua.

Foi o filólogo francês Ferdinand de Saussure (2009, p. 26) que descobriu ser a gramática um compêndio linguístico não vinculado à ciência da língua; ao contrário, a gramática apenas registrava as normas por que passava determinada língua, dando prosseguimento às normas adotadas como cultas e faladas pelas camadas mais ricas. A partir de Saussure, houve uma

ruptura entre gramática e língua, sendo que essa última passou a ser o foco da ciência linguística. Dessa forma, a língua passou a ser estudada em um contexto amplo e dinâmico, que acompanhava a evolução da história humana.

Em *Preconceito Linguístico*, Bagno (2007, p. 9) compara a gramática normativa a um igapó amazônico, ou seja, uma poça de água formada depois de uma chuva. A língua, nesse sentido, seria o rio Amazonas, em sua grandeza e movimento. A comparação visa mostrar que o preconceito linguístico surge da confusão formada entre a gramática normativa e a língua, também comparados a um grande iceberg (2007, p. 10). Para Bagno, a gramática normativa apenas registra as normas, não sendo, pois, constituída como língua, que é uma evolução no tempo e no espaço constituída de *diversidade* e *variabilidade* (2007, p.16).

Ainda segundo Saussure (idem, p. 15), que aplicou os conceitos de diversidade e variabilidade às mudanças sincrônicas e diacrônicas da linguagem, a língua caracteriza-se pela vinculação indissociável entre o corpo individual e o corpo sociável. Assim, e apenas na esfera do lado sociável, é possível levar a termos as regras gramaticais, que se traduzem num modo de falar tido como *culto*, justamente por ser seguido e mantido ao longo do tempo. Ou seja, há uma camada social que respeita e mantém as normas da gramática normativa, mas aplicadas geralmente na escrita ou em situações solenes. Enquanto corpo individual em sintonia com a comunidade, a língua é maleável, caracterizada por tonalidades diferentes e expressões múltiplas (diversidades e variabilidades), e é justamente esse corpo que é combatido pelos eruditos como *erros gramaticais*, e de onde nasce o preconceito linguístico.

A questão do preconceito linguístico não é própria da sociedade brasileira, como afirma Bagno (2007, p. 13), sendo comum em todas as línguas humanas. O preconceito linguístico parece nascer da interação entre as três variantes, a saber, a variação geográfica, regional ou diatópica, a variação social ou diastrática e a variação estilística. Percebe-se, no estudo em questão, que o grupo social minoritário e mais esclarecido permeia essas três variações, mas nem *todos* compreendem ou aceitam determinada forma de expressão, por julgá-las fora da *norma*.

Em vista disso, o preconceito linguístico predomina. Por isso, no que pese a remoção do preconceito e a aceitação da variação linguística sem implicar necessariamente o seu uso no cotidiano, cabe ao professor salientar o *valor social das variações*.

Com efeito, a língua é adequada às características da cultura a que serve. Vista a partir dessa perspectiva, a língua ou variedade linguística jamais é superior ou superior a outra. A questão está no seu valor social. Em *Questões de sociologia* (1983) o francês Pierre Bourdieu se deteve nessa questão. Segundo ele, os mercados linguísticos variam e tendem a valorizar o

padrão da língua oral. No entanto, essa apreciação não se refere ao preconceito, mas ao valor social da variedade empregada pelo falante. É justamente o que percebemos ao situar o lugar das três variações. Um grupo de médicos, por exemplo, não vai usar uma linguagem que empregaria ao conversar com um lavrador, ou falar como tal, sob pena de (aqui ocorre um preconceito linguístico, que denota ser a negação de determinada variação independente da classe minoritária) ser rejeitado, num congresso. A legitimidade da língua permanece, mas varia o seu valor.

No caso de um advogado negar o falar *nóis vai* de um lavrador, não ocorre um preconceito – ainda mais porque é possível que o advogado se expresse nos mesmos moldes, variando apenas o *nóis*, proferido como *nós*), mas a negação de valor, sendo o termo cunhado como *estereótipo*, lembrando Labov. Outros termos a la Labov surgem na rejeição de determinadas falas, mas são, por sua vez, negações de valor, tal como ocorre nos *marcadores* (*tu e você, teu e seu*) e nos *indicadores* (monotongação do ditongo /ey/ na fala do português atual em palavras como *peixe/peixe, dinheiro/dinhero, feijão/fejão*).

Cabe-nos perguntar: quando ocorre preconceito linguístico? Se uma expressão de valor como *tá bem*, ou *tu vai?*, ou *a gente fica aqui mesmo* receber uma negação de valor em situações normais, então é certo que houve preconceito linguístico. Nesse caso, cabe ao professor inteirar o aluno do valor da expressão, de maneira que os estereótipos apontados acima não sejam confundidos como preconceitos, mas, por outro lado, que, ao ocorrer a negação da variação linguística, dá-se necessariamente a consumação do preconceito linguístico.

Os professores de português, por necessidades exigidas por nossa sociedade discriminatória, têm de explicitar a seus estudantes que certos usos variáveis são censurados em certas situações socioculturais. [...] ... se tiver uma boa formação linguística, especificamente sociolinguística, deverá demonstrar, por exercícios, o valor social das variantes de um elemento variável no português do Brasil. (MATOS E SILVA, 2006, p. 282)

O preconceito linguístico, lembra-nos Bagno (2007, p. 9), e como já ficou esclarecido em Saussure, é determinado pela ambiguidade entre *língua* e *gramática normativa*. Segundo Bagno, para quem *a gramática não é uma língua*, é possível desfazer o preconceito, na medida em que os mitos linguísticos criados em torno da língua portuguesa falada no Brasil forem abolidos. Isso é possível, sim. Tudo depende de como o professor retoma as propostas do ensino da variação linguística assinaladas pelo projeto-político pedagógico instituído pela escola. Ele não pode ser mero reprodutor de conteúdo. Deve atuar de maneira crítica-reflexiva, como pesquisador que é e deve ser, separando o que Bagno define como *confusão histórica* da simples

negação das variedades legítimas da língua falada. É um processo que exige pesquisa e estudo, mas pode render frutos, ainda depois da reforma ortográfica do idioma português. Antes de tudo, é necessário buscar os procedimentos didáticos de como ensinar e por que ensinar a variação linguística.

## **7 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO - EXECUÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

O trabalho tem como foco apresentar uma análise do ensino interdisciplinar e intercultural, a partir do estudo do preconceito linguístico e racial, ainda presentes na sociedade contemporânea atual. Para este fim, utilizou-se o gênero textual redação.

Assim, foi desenvolvido um planejamento pedagógico, com carga horária de 16 horas, por meio de uma oficina intitulada "Desconstruindo Estereótipos". É importante salientar que esta não foi realizada, devido ao término do ano letivo, em que os estudantes estavam sobrecarregados com as 16 disciplinas que compõe a matriz curricular da 2ª série e também pelo fato da autora estar como diretora da Unidade Escolar, dificultando ainda mais a realização da oficina, uma vez que várias atividades deveriam ser realizadas para concluir o ano letivo *Continuum* 2020/2021.

Mas, a oficina foi pensada, de modo a acontecer na sala de multimídia, no turno matutino, sendo o turno oposto em que os estudantes estudam, no período de cinco dias, em que os encontros deveriam ser das 08h às 11h30, totalizando 03h30 diárias. Para tanto, foi feito um diálogo (em um encontro de AC (Atividade Complementar, dos professores) com o professor de Língua Portuguesa, Welton Tarrão, de modo que as produções dos estudantes pudessem ser avaliadas, de forma qualitativa e quantitativa em sua disciplina. Assim como foi pensado como forma de atrair mais o público, de lhes garantir uma carga horária de 20h de ACC (Atividade Curricular Complementar), uma vez que como estavam fazendo dois anos em um se faz necessário mais 380h de atividades.

### **7.1 METODOLOGIA**

Para a aplicabilidade da oficina os momentos foram divididos por dia, de modo a trabalhar diariamente com metodologias ativas, que proporcionassem melhor a produção do conhecimento, sabendo-se ainda que professor de Língua Portuguesa teria atuação importante,

uma vez que veio intensificando os assuntos aqui trabalhados, em sala de aula.

No primeiro momento será apresentada a proposta da oficina - Desconstruindo Estereótipos, e já os perguntando sobre o motivo da escolha de tal título (que é a desconstruir a imagem preconcebida de alguém a partir de seu local de pertencimento e de fala, e principalmente, da cor da pele), explicando também o motivo da sua realização (intervenção do trabalho de conclusão de curso da especialização), bem como a organização dos dias e horários. Além de lhes entregar um termo para que seus responsáveis possam assinar sobre a possibilidade de utilização das suas produções no trabalho final.

Assim, será dado início aos assuntos que serão trabalhados durante a realização da oficina (entendendo que o professor titular, em sala de aula, já trabalhou com os conteúdos de gênero textual e variação linguística). Então, faremos um estudo resumido, em formato de revisão, sobre o gênero textual, já trazendo as características do gênero dissertativo-argumentativo redação, trazendo como foco os sete fatores de textualidade (coesão, coerência, intencionalidade, situacionalidade, intertextualidade, informatividade e aceitabilidade).

Além disso, será apresentado como uma redação deve ser feita (utilizando o padrão do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio), apresentando também os principais erros cometidos no momento da escrita, e já os informando que será realizado o processo de reescrita, de modo que tenham uma redação de qualidade.

No segundo momento, será feita uma explicação sobre a Variação Linguística, tendo como foco o Preconceito Linguístico. Entendendo como este acontece em nossa escola (uma vez que atende a estudantes de 15 cidades diferentes) e no Brasil. Já estabelecendo assim, argumentos construtivos sobre as variações geográficas e sociais, assim como entender como a fala intensifica o preconceito linguístico, a partir do local de pertencimento de cada pessoa.

Logo após trabalhar o preconceito linguístico, focaremos em outro tipo de preconceito: o racial. E assim, os estudantes serão indagados sobre o racismo, em como este é visto na sociedade atual e o que mudou desde a libertação dos povos escravizados, a partir da Lei Áurea. E é por meio do que for sendo trazido por eles, já será atrelado a apresentação da Lei 10.639/2003 e também de dois termos importantes que acompanham a Lei citada: Interdisciplinaridade e Interculturalidade.

Já no quarto momento, os estudantes iniciarão o processo de escrita de duas redações (receberão todo o material necessário para escrita - textos de apoio, folhas para rascunho e versão final e caneta azul): "Democracia Linguística" e "O racismo na sociedade brasileira". Dando início na oficina, e podendo concluir dentro do prazo de quatro dias para devolução.

Após a entrega a professora, passarão pela primeira correção, que quando concluída será

devolvida aos alunos para que façam a reescrita (processo feito quantas vezes for necessário até que chegue no resultado esperado). Depois, será marcado o quinto momento, e final, para que todos possam dialogar sobre seus principais aprendizados, evoluções e dificuldades. Além de já pensar em estratégias para que tal ensino, de forma interdisciplinar e intercultural focado na Lei 10.639/03, não fique apenas naquele momento e com aquele público, mas que seja realizado, com eficácia, em toda a Unidade de Ensino.

Após todo um planejamento foi feito um grupo no *whatsapp* com os alunos da turma de Serviços Jurídicos e foi circulado um cartaz, de modo a entenderem um pouco como funcionaria a oficina.

Entende-se que trabalhar com o gênero textual redação, o qual foca em um estudo crítico e argumentativo, possa facilitar na educação de estudantes mais críticos, que entendam como um ensino interdisciplinar e intercultural, voltado para uma sociedade mais justa e igualitária podem ajudar a diminuir os diversos tipos de preconceitos, que estão instalados em nossa sociedade desde o período colonial.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através deste trabalho foi possível entender mais detalhadamente sobre a Lei 10.639/2003, e a sua relação com a interdisciplinaridade e interculturalidade. Além de ser possível pensar em uma estratégia de ensino voltado para a Língua Portuguesa, que por si só já é interdisciplinar, principalmente quando falamos em variação linguística e redação.

Por mais que a intervenção não tenha sido realizada, entende-se como tal trabalho poder ter uma grande potência. Uma vez que, ao trabalhar com tais assuntos, focados em um ensino intercultural, que não aceita formas de preconceito, sejam da fala ou raciais, possibilita uma formação de estudantes mais críticos, capazes de produzir relações e discursos mais efetivos e conscientes na sociedade. Ainda é válido ressaltar que se faz necessário que mais metodologias de ensino sejam realizadas nas escolas, de modo que possamos diminuir os casos de racismo, iniciando pela escola e levando para a sociedade em geral, uma vez que esta deve ter esse papel de mudança, de formação de sujeitos melhores, com ideais igualitários, sem mais segregações e formas de preconceito.

É importante ainda ressaltar que a escolha o tema (seja desde a escrita da primeira versão do projeto ou a atual) teve como inspiração a turma de 1ª série (período em que teve contato com a turma) de Serviços Jurídicos, uma vez que foi vista com grande potencial para a escrita

de textos críticos e reflexivos, estando mais ainda atrelados aos estudos das Leis. Assim, compreende-se também o quão importante é o estudo do local para conseguir realizar um trabalho de qualidade. O que não difere das relações interculturais que são construídas nos diversos espaços institucionais.

## Referências

- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. São Paulo: Loyola, 2007.
- BORDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1988a.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1988b.
- COSTA VAL, M. da. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2011.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais*. Perspectiva, Florianópolis, v. 20, n. 2, p.
- KOCH, Ingedore. A construção textual do sentido. In: \_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LABOV, W. apud MATOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.
- LEI 10.639. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)  
Acesso em: 10 de janeiro de 2022.
- MARCUSCHI. Luiz Antônio. *Gêneros Textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONISIO, A. P. et al. *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. (Orgs.) Charles Bally; Albert Sechaye; Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 2006.